

'Guerra' entre ministérios trava segurança da costa

Polémica. O sistema de comunicações da rede de radares de vigilância costeira do MAI está noutra ministério, que não autoriza a ligação

VALENTINA MARCELINO

Falta de sistema de comunicações, localização dos radares em terrenos de outras entidades e uma aparente descoordenação governamental para ultrapassar estes problemas, estão a comprometer seriamente o avanço e conclusão do Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo (SIVICC). A empresa fornecedora do equipamento já indicou até que não exclui a hipótese de processar o Estado.

Não há, neste momento, nenhum responsável do Ministério da Administração Interna (MAI) ou da GNR que se atreva a indicar uma data certa para se poder cortar a fita de inauguração do SIVICC. A rede de radares ultrassofisticados, que iria 'blindar' a costa portuguesa das ameaças à segurança nacional que vêm do mar, devia ter sido concluída em Agosto de 2011. Mas, nem a segunda das quatro fases do proje-

to está pronta (ver cronologia).

O dossiê SIVICC, foi classificado como "extremamente complexo" pelo ministro Miguel Macedo, que deu ordem ao seu secretário de Estado, Juvenal Penada, para o ver à lupa. A herança recebida do antecessor, Rui Pereira, e do secretário de Estado José Magalhães, responsáveis pelo processo SIVICC, está cheia de problemas. Um deles, e ao que o DN apurou, o mais complicado de resolver, é o facto de o SIVICC não ter sistema de comunicações próprio para ligar em rede os radares de toda a costa ao Centro de Controlo e Comando Operacional (CCCO).

O anterior Executivo entendeu que este devia ser ligado ao sistema do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM), o VTS (Vessel Traffic System), que controla o tráfego marítimo dos grandes navios. Mas, até hoje, o IPTM, agora na dependência do mega-ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Orde-

namento do Território, não autorizou esta ligação. O DN pediu esclarecimentos ao Instituto, que não respondeu.

De acordo com fontes que têm acompanhado o processo, em causa podem estar questões técnicas de compatibilidade entre ambos os sistemas, que não foram acauteladas no contrato. Curiosamente, a empresa que instalou o VTS foi uma das excluídas do concurso para o SIVICC. Agora, dela depende o funcionamento dos radares.

A resolução deste problema pode implicar um agravamento no custo do SIVICC, orçado em 25 milhões de euros. O resultado mais imediato da ausência desta ligação é a inoperacionalidade do Centro de Controlo, em Lisboa, cuja atividade devia ter começado em Março de 2011 (ver caixa).

Outra 'armadilha' deixada por Pereira e Magalhães a Miguel Macedo, foi terem aprovado a localização de vários radares sem garantir que os terrenos estavam na posse do MAI. Há casos em que as instalações são da Marinha, que não estará a facilitar a cedência, outros estão em zonas protegidas e o Ambiente não dá parecer positivo, outras que pertencem a autarquias, e outros são propriedade privada. Neste último caso, a costa alentejana e os donos de empresas turísticas têm outros planos para as áreas.

Entretanto, a Direção-Geral de Infraestruturas e Equipamentos, do MAI, tem demorado a aprovar projetos, pondo em causa o SIVICC, que Miguel Macedo considera "de extrema importância para a segurança nacional".

Apenas dois dos 20 radares fixos funcionam

O SIVICC (Sistema Integrado de Vigilância e Comando e Controlo) da costa portuguesa, composto por uma rede de 20 radares fixos e 8 móveis, devia ter sido concluído em agosto de 2011, mas só dois postos de observação estão a funcionar. A vigilância da costa está apenas a ser feita com recurso aos militares da GNR, equipados com câmaras de longo alcance

CONCLUÍDO E A FUNCIONAR LOCALMENTE CONCLUÍDO, DESLIGADO POR CONCLUIR



Centro de Comando e Controlo Operacional

Localizado em Alcântara, Lisboa, os seus sofisticados equipamentos, quando forem ligados, vão servir para detetar e reagir a ameaças que venham por mar, como o tráfico de droga, de mercadorias e pessoas, contrabando, imigração ilegal, e auxiliar em missões de busca de salvamento.

20 milhas
É a área de intervenção da Unidade de Controlo Costeira

A linha da costa portuguesa tem 850 km...



... e em 635 km é possível desembarcar



DESLIGADO

Centro de Comando está 'às moscas'

O cérebro da sofisticada rede de radares do Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo, instalado desde setembro de 2010, nunca funcionou. Trata-se do Centro de Comando Operacional Nacional, localizado em Alcântara, Lisboa, apetrechado com tecnologia de ponta em instalações de alta segurança. Ali podem ser observadas, em tempo real,

todas as imagens que estão a ser visionadas no mar pelos radares espalhados pela costa. Numa situação de ameaça, o comandante pode de imediato direcionar os meios de interceção e resposta. Tudo seria visionado no ecrã gigante que ocupa toda a parede. Mas para isto devia ter sido ligada em março de 2011 e não foi. É visitado esporadicamente para al- guém limpar o pó ao material.

CRONOLOGIA

Passaram seis anos desde que a GNR alertou para a falha dos antigos radares de vigilância e apelou à aquisição de um novo sistema que garantisse a segurança.

2004
A GNR alerta para a necessidade urgente de substituir o velho sistema de vigilância da costa, a operar há 20 anos, com apenas seis postos de vigilância para controlar a costa portuguesa. As novas ameaças da criminalidade organizada transnacional são as maiores preocupações.

2007
O Ministério da Administração Interna lança um concurso, por convite, para adquirir o equipamento do SIVICC. Concorrem algumas das maiores empresas do mundo destes sistemas.

2008
O contrato de manutenção dos antigos radares de vigilância termina e os equipamentos vão ficando avariados. Alguns são desligados. A GNR não renova o contrato porque espera que o SIVICC possa entrar em funcionamento. A vigilância é feita com câmaras portáteis.

2009 Junho
O concurso atrasa-se devido a impugnações várias, por suspeitas de irregularidades, apresentadas em tribunal. O Governo, através de José Magalhães, invoca "interesse público" e o "elevado risco" dos "espaços deficientemente vigiados e controlados" da costa portuguesa, para apressar a adjudicação do contrato.

2009 Julho
O contrato de adjudicação do SIVICC é assinado com a empresa espanhola INDRA. O prazo para a conclusão do SIVICC é de 22 meses a partir dessa data, ou seja, maio de 2011, mas o Governo só começa a contagem após aprovação no Tribunal de Contas, passando para agosto de 2011.

2010
Em junho, devia ter ficado concluída a 1.ª das quatro fases do projeto, mas só terminou em abril de 2011. Ficaram operacionais os dois radares do Algarve e foram entregues os três postos móveis, mas ainda sem operar, por falta de homologação.

2011
Todo o projeto devia ter ficado concluído em agosto deste ano. A maior parte dos postos de observação não estão concluídos e o centro de comando, já instalado desde 2010, não foi ligado.

Radares da costa não funcionam devido a guerra entre ministérios

VIGILÂNCIA A rede não comunica entre si. O sofisticado centro de comando está pronto, equipado e fechado a encher-se de pó. **ATUAL PÁG. 2**